

ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2007

Barcelos está entre os melhores municípios da eficiência financeira

Representante da autarquia satisfeito com relatório independente. Consideram uma "resposta" às críticas que o PS tem feito à gestão da Câmara de Barcelos.

O município de Barcelos está entre os dez melhores municípios do país de grande dimensão em eficiência financeira.

A conclusão surge no relatório do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007 e tem em conta a "fiabilidade das contas dos municípios portugueses com os requisitos do novo sistema de prestação de contas preconizado pelo POCAL". Como se pode ler no relatório, este anuário analisou também a eficiência na utilização dos recursos financeiros.

Félix Falcão, vereador da Câmara de Barcelos, mostra-se satisfeito com o resultado deste relatório. Diz que todos na autarquia ficam "contentes que seja tornado público este relatório que coloca Barcelos entre os dez melhores municípios do país em eficiência financeira, feita por uma entidade independente", embora admita que não seja "novidade", pois o vereador não tem dúvidas que "o município está a ser gerido de forma eficiente e que Barcelos goza de boa saúde financeira".

As dívidas a terceiros por habitante, a liquidez, peso da despesa total, diminuição dos passivos financeiros e o investimento por habitante, são indicadores que Félix Falcão aponta como factores "reveladores da eficiência financeira".

RELATÓRIO "É RESPOSTA À OPOSIÇÃO"

A semana passada ficou

marcada politicamente com as posições do PSD e PS ao relatório da Inspeção Geral de Finanças às contas do município. A Autarquia evidenciou o facto de nenhuma ilegalidade ter sido apontada às contas da Câmara de Barcelos, por sua vez, o PS falou em ficção e dados "preocupantes".

Depois da publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007, Félix Falcão aproveitou para dizer que a conclusão deste estudo académico funciona como "uma resposta à oposição que tem feito uma política do bota-abaixo sistematicamente". O vereador social democrata espera agora que "o partido socialista com mais estes elementos possa rever a sua posição relativamente àquilo que tem sido a sua posição ultimamente".

BARCELOS COM EFICIÊNCIA FINANCEIRA

Actualmente, existem em Portugal 308 municípios, que podem ser categorizados

em três dimensões: pequenos (com população menor ou igual a 20 000 habitantes);

médios (com população superior a 20 000 habitantes e menor ou igual a 100 000 habitantes) e grandes (com população superior a 100 000 habitantes).

Barcelos insere-se neste último grupo uma vez que tem 124 498 habitantes e segundo o documento,

"nos grandes municípios, as transferências do Orçamento do Estado representam em média 24% das receitas totais. No que diz respeito ao passivo exigível (dívidas) referentes a 2007, Barcelos apresentou nesse ano o

ta liquidada, Barcelos surge com um grau de 95,89%.

Em termos gerais, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007 realça que as "dívidas de médio e longo prazo das autarquias diminuíram em 2007 (-1,1%;



valor de 48 222 374 euros, sendo que o índice de dívida líquida se situou em 44 616 005 euros

O relatório conclui também que a consolidação financeira do sector autárquico tem de ser feita pela "óptica da despesa, promovendo-se a economia de consumo, rentabilização de recursos e maior eficácia na utilização de meios".

No que diz respeito aos municípios com menor grau de execução da receita cobrada, relativamente à recei-

-49,5 milhões de euros)", contudo "constata-se um aumento da dívida global (+0,4%; +26,6 milhões de euros) fruto do aumento das dívidas de curto prazo".

Esta publicação que analisa as contas do município tem o apoio da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Tribunal de Contas e da Fundação para a Ciência e Tecnologia e insere-se num projecto de investigação alargado que tem por objectivos, entre outros, apresentar um ponto de situação

sobre o estado actual do sistema de contabilidade autárquica em Portugal, bem como um resumo da situação orçamental, económica, financeira e patrimonial dos municípios portugueses.

Este anuário pretende analisar a situação orçamental, financeira, patrimonial e económica dos municípios, com base nos mapas contabilísticos, apresentando ainda

alguns indicadores dos valores médios nacionais, incluindo, em alguns

indicadores, informação das empresas municipais e serviços municipalizados, além disso permitir caracterizar a situação orçamental, económica, financeira e patrimonial "média" dos municípios portugueses, bem como, aferir a evolução do grau de implementação do POCAL nos municípios, nomeadamente a conformidade com os requisitos exigidos pelo sistema contabilístico e de prestação de contas e, com isto, comprovar a melhoria (ou não) da fiabilidade da informação.

São também analisados indicadores que sintetizam a situação orçamental e económico-financeira dos municípios, assim como, o comportamento do resultado líquido.

A análise é baseada nos documentos de prestação de contas de 2007, analisou 179 municípios pequenos, 105 municípios médios e 23 municípios grandes.

> Sandra Veloso Fernandes



► José Lorena

Na última edição do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, relativo a 2007, a Câmara Municipal de Penedono é a única que aparece sem qualquer dívida a fornecedores. No mesmo item do documento, elaborado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), aparecem os municípios de Mortágua (14.º, com 2,2 por cento de dívidas a fornecedores) e Cinfães (em 16.º e com 2,5 por cento de dívida).

Penedono aparece ainda como o município do distrito com melhor desempenho financeiro no documento publicado anualmente pela CTOC.

No item sobre o maior índice de dívida a fornecedores relativamente ao ano anterior, no distrito de Viseu aparecem os concelhos de S. Pedro do Sul (em 11.º lugar, com 110,8 por cento de dívidas), Tabuaço (em 25.º, com 90,7 por cento) e Santa Comba Dão (em 28.º, com 87,5 de dívida).

No que diz respeito à liquidez dos cofres municipais, o anuário refere o município de Viseu, como o melhor colocado. A autarquia-sede do distrito aparece em quinto lugar neste índice.

Recorde-se que o relatório anual da CTOC é um instrumento importante para a vida das autarquias, embora as que registam resultados menos positivos tenho por hábito não admitir os números apresentados.

Quanto à independência financeira dos municípios relativamente ao Orçamento de Estado, no distrito de Viseu não há concelhos assinalados no relatório entre os 50 primeiros.

Autarcas criticam morosidade do anuário

Já na dependência do Orçamento de Estado, aparecem Tabuaço (em 13.º, com 10,3 por cento), Sernancelhe (em 25.º,

VISEU Anuário Financeiro dos Municípios

Penedono não deve a fornecedores

O município de Penedono, não deve a fornecedores. Este é um dos muitos resultados do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativamente a municípios do distrito de Viseu.

DB-J. L.



PENEDONO integra a lista dos municípios que não deve a fornecedores

com 13,9 por cento) e Cinfães (em 36.º, com 14,6 por cento de dependência financeira).

Outro dos indicadores importantes para as câmaras municipais é o ranking global de eficiência financeira. Entre os 20 melhores municípios de média dimensão com melhor eficiência financeira, do distrito de

Viseu aparece Cinfães (em 7.º lugar), Viseu e Tondela (em 19.º e 20.º, respectivamente).

No ranking dos 20 melhores municípios de pequena dimensão em eficiência financeira, aparecem do distrito de Viseu as câmaras de Mortágua (4.º), Penalva do Castelo (9.º) e Penedono (em 10.º lugar).

Alguns dos autarcas do distrito contactados pelo DIÁRIO AS BEIRAS, não consideram negativos os números revelados pelo anuário da COTC. Todavia, o facto de o referido anuário ser conhecido muito tempo depois do exercício apontado é um factor negativo que todos são unânimes em criticar.



Autarquia está no Top 50

Cinfães entre os municípios com melhor eficiência financeira

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses concluiu que Cinfães está entre os "50 melhores municípios em termos de eficiência financeira". Os dados do documento referem-se à prestação financeira dos municípios durante o ano de 2007.

A elaboração do "ranking" teve por base 10 indicadores relacionados com a "gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental dos municípios" (entre os quais as dívidas a terceiros por habitante, a liquidez, o endividamento líquido por habitante, a arrecadação de impostos e taxas por habitante e a diminuição dos passivos financeiros).

O desempenho do município de Cinfães é, ainda, referenciado no "ranking global dos 20 melhores municípios de média dimensão", também relativa-



Câmara Municipal de Cinfães

mente à eficiência financeira.

Os autores do estudo atribuíram três categorias aos municípios, consoante a população de cada um: pequena (população menor ou igual a 20 mil habitantes), média (superior a 20 mil e menor ou igual a 100 mil habitantes) e grande dimensão (superior a 100 mil habitantes). Para a elaboração do estudo, a

população atribuída a Cinfães foi de 20 494 habitantes.

No "ranking" global dos 50 melhores municípios, foram consideradas todas as categorias. O Anuário "analisa as contas do municípios" e "tem o apoio da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, do Tribunal de Contas e da Fundação para a Ciência e Tecnologia".

Município entre os dez melhores em eficiência financeira no ano de 2007

Em 2007, o município de Santa Maria da Feira aparece no sexto lugar dos "grandes" municípios com menor liquidez.

O anuário da Câmara de Técnicos Oficiais de Contas analisa a situação orçamental, financeira, patrimonial e económica dos municípios.

Vitor Hugo Carmo

O município de Santa Maria da Feira está entre os dez melhores no ranking de eficiência financeira relativo ao ano de 2007. Segundo um estudo da Câmara de Técnicos Oficiais de Contas, apresentado no "Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses", a autarquia feirense consta dos primeiros lugares nos municípios classificados como "grandes", ou seja, com mais de 100 mil habitantes, posicionando-se no sétimo lugar.

O anuário da Câmara de Técnicos Oficiais de Contas analisa a situação orçamental, financeira, patrimonial e económica dos municípios, com base nos mapas contabilísticos, apresentando ainda alguns indicadores dos valores médios nacionais, incluindo, em alguns casos, informação das empresas municipais e serviços municipalizados.

Apesar do relatório divulgado ser positivo no aspecto da eficiência financeira, o município de Santa Maria da Feira foi o sexto do país, entre "os grandes", com menor liquidez financeira, num ranking liderado por Lisboa.

Curiosamente, na lista relativa aos municípios com maior dívida a fornecedores relativamente ao ano de 2006, a autarquia não figura na tabela.

No mesmo anuário são ainda feitas as contas aos grupos municipais com maior índice de dívida líquida e, na lista global, Santa Maria da Feira aparece em 20º lugar, sendo que na categoria dos municípios de grande dimensão se posiciona na 14ª posição com um índice de dívida líquida de cerca de 56 milhões de euros.

Tudo somado, Santa Maria da Feira coloca-se no 40º lugar da lista global de municípios com eficiência financeira.

Os dez indicadores

A Câmara de Técnicos Oficiais de Contas baseou-se em 10 indicadores para fundamentar o seu estudo e desenvolver o relatório final. Para cada indicador foram atribuídos 10 pontos aos 25 melhores municípios, 9 pontos do 26.º ao 50.º, 8 pontos do 51.º ao 75.º, e assim sucessivamente. Deste modo, foram pontuados 250 municípios por cada indicador. Eis os indicadores do estudo:

- Dívidas a terceiros por habitante;
- Liquidez;
- Endividamento líquido por habitante;
- Resultado líquido nos dois últimos anos, por habitante;
- Peso das despesas com pessoal nas despesas totais;
- Arrecadação de impostos e taxas, por habitante;
- Diminuição dos passivos financeiros;
- Grau de execução da receita nos dois últimos anos;
- Investimentos (incluindo as transferências de capital), por habitante nos dois últimos anos;
- Grau de cumprimento do PO-CAL - Plano Oficial de Contabilidade da Administração Local.



Município na lista dos dez "grandes" em eficiência financeira relativa a 2007.

Anuário elaborado por professores da UM falha alvo

Lista dos melhores municípios contém erros grosseiros



Barcelos foi "afastado" do grupo dos melhores do país

Joaquim Martins **Fernandes**

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007 falhou um dos seus principais objectivos. O "ranking" que define os 50 melhores concelhos do país, um dos propósitos centrais do estudo, contém vários erros. O mais grosseiro é a lista ser "encabeçada" por um município que não consta de nenhum dos "rankings" sectoriais sobre eficiência financeira. Os concelhos minhotos de Barcelos e Ponte da Barca estão no rol dos municípios que foram indevidamente "afastados" do top nacional.

Os autores do estudo nacional sobre as contas de 2007 dos 308 municípios portugueses não escondem que «apresentar um "ranking" dos 50 melhores municípios» é um dos objectivos centrais do Anuário Financeiro coordenado por um professor da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico do Cávado e Ave. Mas aquele que se revelou o propósito mais mediático do estudo revela ter várias falhas.

O mais visível dos erros detectados pelo *Diário do Minho* reside no facto do "ranking" dos melhores ser "encabeçado" pelo concelho de Albufeira. A lista que pretendeu distinguir os 50 concelhos do país com melhor desempenho ao

nível da eficiência financeira tem uma mecânica precisa: ser o resultado de três "rankings" paralelos, sendo um para os 10 melhores concelhos de grande dimensão; um segundo para os melhores 20 concelhos de média dimensão; e um terceiro para os 20 municípios de pequena dimensão que alcançaram a melhor gestão financeira.

"Exclusão" afecta Minho

O Anuário Financeiro financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia - ao qual se associaram a Secretaria de Estado da Administração Local, o Tribunal de Contas, a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, a Universidade do Minho e o Instituto Politécnico do Cávado e Ave levou à formulação - coloca o município de Albufeira, do distrito de Faro, à "cabeça" da lista dos 50 melhores. Mas este concelho mas não aparece em nenhuma das três listas sectoriais.

O erro que levou à inclusão desta autarquia algarvia de média dimensão repete-se com a inclusão de outros oito concelhos médios, que também não surgem em nenhuma das outras listas sectoriais. São os casos de Bragança, Estarreja, Montijo, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Salvaterra de Magos e

Tavira, municípios que foram introduzidos indevidamente no "ranking" dos 50 concelhos que, numa avaliação global, revelaram ter maior eficiência financeira.

A inclusão no top da meia centena terá sido feita à custa do "sacrifício" de nove concelhos que surgem nas listas sectoriais das autarquias com melhor gestão. Neste particular, a região minhota "perde" dois lugares no ranking nacional: Barcelos, que surge na lista dos 10 concelhos maiores com melhor gestão não consta da lista nacional dos 50, que é ordenada alfabeticamente. O outro concelho minhoto "sacrificado" foi o município de Ponte da Barca, que se distinguiu pela eficiência financeira, entre os municípios portugueses com menor dimensão.

Pequenos são os mais "excluídos"

Para além do município, que deveria surgir no ranking dos 50 melhores concelhos à frente de Braga (a ordenação é alfabética), também a autarquia de Vila Franca de Xira, que surge na lista dos 10 concelhos de maior dimensão, não aparece referenciada na listagem que também "afasta" o concelho de Tondela, que é referido no "ranking" global dos 20

melhores municípios de média dimensão em termos de eficiência financeira.

A inclusão supostamente indevida de nove concelhos de média dimensão no "ranking" dos 50 melhores do país penaliza especialmente os concelhos mais pequenos: foram seis as autarquias com menos de 20 mil eleitores que se viram excluídas do grupo dos mais eficientes, apesar de integrarem o "ranking" dos municípios com a sua grandeza eleitoral. Mira, Penalva do Castelo, Viana do Alentejo, Vila do Bispo, Vila Flor e Vinhais foram os concelhos que acompanharam Ponte da Barca no movimento de exclusão.

No sentido do obter as explicações para os erros detectados no estudo, o *DM* contactou a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, mas o assessor de imprensa da instituição que assume a publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses remeteu quaisquer explicações para o coordenador do trabalho elaborado por um grupo de docentes da Universidade do Minho. Mas apesar dos esforços realizados e da mensagem de voz deixada no telefone móvel do coordenador do Anuário, não foi possível qualquer contacto com João Carvalho, até à hora do fecho desta edição.





Setúbal entre os 35 municípios mais endividados

Cristina Pereira
cristina.pereira@sado2000.pt

No ano de 2007, o concelho de Setúbal ocupava o décimo lugar no ranking dos 35 municípios do país com uma maior dívida. Palmela aparecia na sétima posição entre os 35 concelhos com um menor passivo elegível por habitante. Os números constam do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007, divulgado na quarta-feira pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

De acordo com o documento, o passivo elegível (dívidas) do município de Setúbal em 2007 era de cerca de 83 milhões de euros. Este último anuário revela



Joaquim Torres

uma ligeira variação positiva em relação a 2006, altura em que Setúbal aparecia na 11^o posição desta lista, com um passivo elegível de 86,4 milhões de euros.

Palmela manteve-se em 2007 na lista dos 35 municípios com menor passivo elegível por habitante, e conseguiu uma melhoria. Em 2006, estava no 11^o lu-

gar desta lista, com uma dívida de 152,3 euros por habitante e, em 2007, passou para o sétimo lugar, com uma dívida de 124,72 euros por munícipe.



ID: 24603917

10-04-2009

Duas autarquias de Braga e duas de Viana são exemplo de gestão

Quatro câmaras do Minho lideram eficiência financeira

Joaquim Martins Fernandes

O distrito de Braga colocou dois municípios no "ranking" global dos 10 melhores municípios de grande dimensão – mais de 100 mil eleitores – com melhor eficiência financeira. O distrito de Viana do Castelo acompanhou a performance do Baixo Minho, colocando igual número entre os exemplos nacionais de gestão financeira eficiente.

A autarquia bracarense liderada pelo socialista Mesquita Machado e a edilidade barcelense presidida pelo social-democrata Fernando Reis são os dois casos apontados como exemplares pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2007, que não faz qualquer distinção entre os municípios que integram a lista de melhor gestão económica-financeira, que é apresentada por ordem alfabética.

Ao nível dos concelhos de dimensão média, Ponte de Lima assume a representação minhota, ao assegurar um lugar entre os 20 concelhos do país com melhor saúde financeira. O Alto Minho, através da Ponte da Barca, é também a sub-região que dá o exemplo de boa gestão económico-financeira em municípios de pequena dimensão.

O documento que coloca a eficiência financeira das duas câmaras do Baixo Minho ao mesmo nível de Almada, Amadora, Cascais, Leiria, Santa Maria da Feira, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira, dá também conta da boa saúde que, em 2007,



Grande passivo de Braga não impede gestão eficiente

caracterizavam os cofres do Município bracarense, que evidenciavam boa liquidez, apesar de revelar uma capacidade de gerar receitas próprias bem abaixo da média dos grandes municípios.

Qualquer coisa como 62 por cento é a taxa de autonomia financeira da autarquia bracarense, que fica abaixo da taxa de 87 por cento que coloca a Câmara de Lisboa na liderança do ranking dos municípios com orçamento de maior independência das transferências dos cofres do Estado.

Pequenos causam sensação

Nessa matéria da capacidade para gerar receitas próprias, a Câmara de Famalicão iguala

a gestão de Mesquita Machado, ficando ambas 10 pontos abaixo da média nacional, que é superada em 1 ponto percentual pelo pequeno município de Vila do Conde.

A gestão do dinossauro socialista Mário de Almeida bate o poder de gerar receitas registado no pequeno município de Melgaço, que, apesar de tudo, revela a surpreendente independência orçamental de 60 por cento.

A autonomia conseguida por Rui Solheiro quase faz esquecer o peso da interioridade deste município alminhoto, que fica muito à frente dos 44 por cento que fazem a independência financeira alcançada pela Câmara de Barcelos, valor que co-

incide com o nível mais baixo da autonomia financeira dos grandes municípios.

A proeza conseguida pela pequena autarquia de Melgaço – inclusão no grupo dos 50 municípios com maior independência financeira – é acompanhada por mais quatro pequenos concelhos que também não têm mais de 20 mil eleitores (Nazaré, Óbidos, Vila Real de Santo António e Alcochete), sendo que tal "performance" não passou despercebida aos autores do estudo.

«Relativamente a estes [cinco municípios de pequena dimensão], seria interessante analisar-se os factores determinantes deste nível de autonomia, com vista a avaliar a viabilidade de "benchma-

rketiing" para outros municípios da mesma dimensão», sublinham os responsáveis pelo Anuário que dá conta do agravamento das dívidas dos 308 municípios portugueses para a casa dos 6 mil 663 milhões de euros.

A concretização daquela medida poderia revelar-se útil ao município de Terras de Bouro, que é o concelho minhoto com o orçamento mais dependente das transferências do Estado. A autarquia gerida pelo social-democrata António Afonso integra mesmo a lista dos menos independentes, revelando uma autonomia orçamental de 13,8 por cento, valor que compara com os 4,6 por cento do município do Corvo (o mais dependente) e os 16,5

pontos percentuais de Carrizosa de Ansiães.

Alto Minho marca pontos

O documento assumido pelo Tribunal de Contas, Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Instituto Politécnico do Cávado e Ave e pela Universidade do Minho acrescenta que o Município de Braga fechou o ano de 2007 em trigésimo lugar no "ranking" dos 35 municípios com maior liquidez, sendo um dos 10 grandes concelhos que integraram a lista das autarquias com maior capacidade para pagar atempadamente aos seus fornecedores.

Entre as autarquias do Alto Minho, a Câmara Municipal de Ponte de Lima foi a que revelou ter melhor saúde financeira. A autarquia presidida por Daniel Campelo chamou a si o sétimo lugar do ranking nacional dos municípios com maior liquidez, deixando claro que não é por acaso que está entre as autarquias que mais rapidamente liquidam as facturas que lhes são apresentadas pelos fornecedores.

A boa situação económico-financeira da edilidade limiana é reconhecida pela sua inclusão no ranking global dos melhores municípios de média dimensão em termos de eficiência financeira. O ranking similar para os 20 concelhos de menor dimensão contempla também um concelho minhoto: o município de Ponte da Barca, gerido pelo socialista Vassalo Abreu.

Viver sem empréstimos

Os bons resultados financeiros que Braga e Ponte de Lima têm registado também não serão alheios ao facto de ambos os concelhos terem dispensado por três anos consecutivos (2005, 2006 e 2007) o recurso a receitas creditícias, mediante a contratação de empréstimos bancários.

No caso de Braga, a dispensa da "colaboração" da banca não será desligada da capacidade do concelho em ter conseguido financiar-se junto

da economia local, potencialidade que é expressa no facto de 54,4 por cento do orçamento do Município bracarense ser proveniente dos impostos municipais.

Trata-se de particularidade que expressa «um elevado crescimento imobiliário nos últimos anos», refere o estudo, apontando para o facto da principal fonte de receitas municipais ser proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Derrama.

Os mais endividados

Apesar de considerado um dos concelhos com maior eficiência financeira, o Município de Braga também não escapou da lista dos 35 municípios com os maiores volumes de dívidas.

No "ranking" liderado pela Câmara de Lisboa, que tinha então um passivo superior a 965 milhões de euros, a "terceira cidade do país" ocupava o sétimo lugar, com um passivo na ordem dos 90 milhões e 630 mil euros.

A lista dos mais endividados integrava também o concelho de Barcelos, que ocupava o vigésimo oitavo lugar com obrigações bancárias superiores a 48 milhões de euros; Guimarães ficou no décimo terceiro lugar, com empréstimos no valor de quase 78,5 milhões, cabendo à autarquia de Famalicão o trigésimo segundo lugar dos municípios mais endividados, com um passivo próximo dos 45,5 milhões de euros.



ANUÁRIO DOS MUNICÍPIOS 2007

Câmaras de Angra e Praia no “top” da gestão financeira

Os municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória integram o lote das cinco autarquias açorianas com melhor gestão financeira, económica e patrimonial em 2007, segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007, apresentado esta semana pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC).

O estudo, que analisou as contas das 308 autarquias portuguesas, conclui que os dois municípios terceirenses, o de São Roque do Pico, de Santa Cruz da Graciosa e de Vila do Porto (Santa Maria) foram os cinco com melhor desempenho.

No entanto, no ranking global dos 50 municípios portugueses com melhor gestão financeira, económica e patrimonial não surge qualquer um destes, nem nenhuma outra autarquia insular.

Nas diversas tabelas apresentadas no relatório, a que DI teve acesso, no que diz respeito às câmaras da Terceira, apenas a da Praia da Vitória é citada (exceptuando no ranking global do estudo). A excepção é o aparecimento de Angra na tabela dos municípios com maior implementação do POCAL (o plano de contas das autarquias, em vigor desde 1999), onde a entidade merece nota 16 (numa escala de 0 a 20).

O município praiense surge no segundo lugar da tabela que classifica os municípios com menor grau de receita cobrada em relação à receita liquidada; em quinto no rácio receita liquidada/receita prevista; aparece no 30º lugar no ranking dos municípios portugueses que, em 2007, apresentaram o maior peso das despesas de investimento e de transferências de capital nas despesas totais; e no 24º lugar nos municípios portugueses com maior liquidez em 2007.

Estas tabelas registam os melhores ou piores até um total de 35 ou 50 municípios.

Nas tabelas do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007 (publicado no sítio na Internet da CTOC), o maior número de presenças é mantido pelas autarquias do

Corvo, Flores, Pico e Graciosa. Mas algumas autarquias micaelenses também surgem nos rácios do estudo elaborado por João Carvalho, Maria José Fernandes, Pedro Camões e Susana Jorge, e editado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Corvo (4,6 por cento das receitas totais são próprias), Nordeste (4,7 por cento) e Lajes das Flores (5,2 por cento) surgem nos primeiros três lugares da tabela que elenca os municípios portugueses com menor independência financeira (receitas próprias/receitas totais). A Calheta (7,8 por cento) surge em sétimo lugar. A tabela assinala também os municípios de Santa Cruz das Flores, Lajes do Pico, Santa Cruz da Graciosa, Madalena e São Roque do Pico.

No que diz respeito aos municípios portugueses que, em 2007, mais dependeram das transferências do Estado, Santa Cruz das Flores surge no 2º lugar da tabela, seguindo das Lajes do Pico (3º), Lajes das Flores (6º), Calheta (9º), Santa Cruz da Graciosa (10º), Corvo (21º) e Vila do Porto (28º).

Santa Cruz da Graciosa é a única autarquia açoriana referenciada no ranking dos 35 municípios portugueses que não recorreram a empréstimos em 2007.

Na lista dos 35 municípios com menor passivo global surgem as Lajes das Flores (887 mil euros), Graciosa (1,3 milhões de euros), Santa Cruz das Flores (1,4 milhões de euros), Vila do Porto (1,6 milhões), São Roque do Pico (2,2 milhões) e Corvo (2,4 milhões).

Na contabilidade do passivo por habitante, o Corvo surge em 2º lugar (5018 euros por habitante), assim como a Calheta (6º lugar: 2466 euros/hab.), Vila Franca do Campo (13º lugar: 2042/hab.), Nordeste (20º lugar: 1775 euros/hab.) e Povoação (21º lugar: 1773 euros/hab.).

Na tabela do menor índice de dívidas a fornecedores surgem os municípios de Santa Cruz das Flores, Vila do Porto, Santa Cruz da Graciosa, São Roque do Pico e Lajes das Flores. □

FOTOGRAFIA ARQUIVO DI





ID: 24582232

09-04-2009

EM FOCO

DE ACORDO com a nova Lei das Finanças Locais, um município com dívidas a fornecedores superiores a metade das receitas totais do ano anterior pode ser considerado em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou em ruptura financeira. Segundo o Anuário dos Municípios Portugueses, 73 municípios portugueses estavam nestas condições em 2007 e no topo da lista aparece Aveiro, com 76,1 milhões de dívidas e 39,5 milhões de receitas cobradas no ano anterior. O anuário destaca ainda que mais de dois terços (223) das câmaras municipais apresentaram resultados económicos (lucro) positivos e coloca no topo do ranking global os municípios de Penacova.

MUNICÍPIOS Anuário Financeiro apresentado em Lisboa

Contas cada vez mais “negras”

Não há situações ideais. “Salvam-se”, apenas, os concelhos de pequena dimensão. Aveiro, devido ao passivo e à falta de liquidez, é dos piores exemplos.

João Santos

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2007, apresentado, ontem, na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, em Lisboa, confirmou (e até acentuou) o cenário de dificuldade económica que atravessam as câmaras municipais. Segundo o documento, no final desse ano, as autarquias acumulavam dívidas superiores a 6,664 milhões de euros (só Lisboa devia 965 milhões), mais 26,6 milhões do que no ano anterior. Em contrapartida, o endividamento líquido global aumentou também em 2007, fixando-se nos 5,866 milhões de euros.

Na região Centro, os dados não eram mais optimistas – bem pelo contrário. Aveiro era o município em situação mais complicada, com o quarto maior passivo a nível nacional (cifrado em 121,835 milhões de euros), apenas melhor do que as contas negativas de Lisboa, Vila Nova de Gaia (268,04 milhões) e Porto (177,265 milhões).

Também os casos do município da Covilhã (nono maior passivo, com 86,938 milhões), de Leiria (12.º, com 81,141 milhões), de Coimbra (18.º, com 64.812.923 euros), da Figueira da Foz (21.º, com 58,58 milhões) e da Guarda (30.º, com 47.493 milhões) figuram na lista dos maiores devedores.

Analisando estas dívidas, percebe-se que as de médio e longo prazo diminuíram. No entanto, as de curto prazo, sobretudo por via das dívidas a fornecedores, subiram expressivamente.

Porém, apesar dos altos valores ainda por pagar, os municípios de Leiria, Coimbra e Figueira da Foz viram os seus



MUNICÍPIO DE PENACOVA liderava o ranking dos concelhos que tinham melhor situação financeira em 2007

passivos diminuiram significativamente, relativamente a 2006. Ainda pela positiva, 17 municípios portugueses não tinham qualquer endividamento líquido em 2007; Castelo Branco, Pampilhosa da Serra e Penacova (Coimbra), Penedono e Cinfães (Viseu), Mealhada (Aveiro) e Proença-a-Nova (Castelo Branco) são alguns desses (bons) exemplos, com Penacova a liderar, mesmo, o ranking dos que ostentavam melhor saúde financeira.

Aveiro e Figueira com falta de liquidez

A maioria dos municípios em Portugal estava, em 2007, com falta de liquidez, não tendo dinheiro para pagar as suas dívidas. Dos 308 municípios existentes no país, 195 apresentavam uma liquidez negativa, de

17 MUNICÍPIOS PORTUGUESES NÃO TINHAM QUALQUER ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO EM 2007; CASTELO BRANCO, PAMPILHOSA DA SERRA E PENACOVA (COIMBRA), PENEDONO E CINFÃES (VISEU), MEALHADA (AVEIRO) E PROENÇA-A-NOVA (CASTELO BRANCO) SÃO ALGUNS DESSES (BONS) EXEMPLOS, COM PENACOVA A LIDERAR, MESMO, O RANKING DOS QUE OSTENTAVAM MELHOR SAÚDE FINANCEIRA.

685 milhões de euros – tabela liderada por Lisboa, com – 266 milhões, ou seja, um terço do total. Atrás de Lisboa surgiam os municípios de Aveiro (-36,7 milhões de euros), Maia (-30,5 milhões) e Figueira da Foz (-30,5 milhões). Destaque, neste quadro negativo, para a entrada de Montemor-o-Velho (-11,8 milhões); em qualquer destes

casos, as dívidas a pagar no curto prazo são bastantes superiores à soma das disponibilidades e das receitas a receber. No lado oposto, Leiria (3.º, com 41.833 milhões), Viseu (5.º, com 21.999 milhões), Castelo Branco (6.º, com 20,925 milhões), Coimbra (20.º, com 7,193 milhões) e Mealhada (26.º, com 5,8 milhões) eram dos poucos

municípios portugueses com liquidez positiva.

Receitas aumentaram em 547 milhões

Os sinais mais positivos da situação financeira dos municípios em 2007 parecem vir do lado das receitas. De acordo com os autores do estudo, o aspecto mais relevante deste Anuário em relação aos dos anos anteriores é o aumento das receitas cobradas em 12 por cento. Mais 547 milhões de euros de receitas foram cobradas em 2007, elevando o total para 7,517 milhões.

Este aumento deveu-se sobretudo a uma melhoria na eficiência na cobrança da receita, a aumento das transferências do Estado em 64,5 milhões de euros e ao aumento das cobranças de impostos directos, indirectos e taxas em 348 milhões de euros.

Ainda assim, o Anuário mostra que o orçamento da receita continua a estar inflacionado. Em 2007 cobrou-se apenas 68 por cento das receitas previstas no orçamento. Este resultado é, contudo, melhor do que o de 2006, onde a receita cobrada se ficava pelos 61,5 por cento da receita orçamentada.

Referência, ainda, para os municípios com menor passivo: Penedono (76.029 euros), na Guarda, e Penacova (1.657,536) incluem a lista.

INQUÉRITO

Que medidas considera fundamentais para acabar com os paraísos fiscais?

CASTELO BRANCO

António Camões
Técnico superior



Acabar simplesmente com esses paraísos fiscais. As medidas que estiverem em cima da mesa, devem obviamente ser aplicadas.

COIMBRA

Luís Lages
Técnico Oficial de Contas



Baixar os impostos e outro tipo de contribuições, de modo a que deixe de ter significado a fuga para os paraísos fiscais.

GUARDA

João Nabais
Funcionário público



Se se acabar com a corrupção, naturalmente se acabaria com os paraísos fiscais.

LEIRIA

Fausto Fernandes
Comerciante



Só há uma forma de acabar com os paraísos fiscais: que todos os governos se ponham de acordo, para controlar os banqueiros e os Estados corruptos.

MEALHADA

Gonçalo Breda Marques
Empresário



Só me parece possível se houver capacidade para realizar um compromisso internacional na uniformização da legislação para acabar com os off-shores. Isto para que não haja um combate dos paraísos fiscais a duas velocidades.

VISEU

Afonso Saraiva
Comerciante



Penso que em relação a paraísos fiscais em países pobres, não há nada a fazer. Quanto a pequenos Estados e países ocidentais que os têm, é uma questão de os pressionar para acabarem com esse tipo de fugas financeiras.

MAIOR PASSIVO			
	2005	2006	2007
1 Lisboa	956.794,650	980.959,458	965.453,601
2 Vila Nova de Gaia	231.199,876	229.218,279	268.040,500
3 Porto	198.579,975	197.291,248	177.265,109
4 Aveiro	116.117,954	118.224,624	121.835,696
9 Covilhã	82.497,572	78.279,125	86.938,744
12 Leiria	86.972,383	88.361,267	81.141,552
16 Fundão	-	60.914,204	66.026,861
18 Coimbra	75.358,018	70.939.961	64.812,923
21 Figueira da Foz	60.956,137	62.119,286	58.580,526

MENOR LIQUIDEZ			
	2005	2006	2007
1 Lisboa	-317.382,885	-179.440,522	-266.203,019
2 Aveiro	-32.176,624	-28.387,978	-36.714,677
4 Figueira da Foz	-31.106,592	-30.516,547	-30.529,090
7 Fundão	-19.487,238	-26.819,880	-27.620,448
8 Porto	-43.453.026	-15.573,405	-26.496,068
11 Oliveira Azeméis	-52.979,378	-25.507,579	-17.242,887
17 Seia	-20.821,142	-13.113,784	-15.220,451
20 São Pedro do Sul	-	-10.021,411	-13.203,001
26 Montemor-o-Velho	-	-	-11.178,739

Câmara de Aveiro é a que tem maior desequilíbrio financeiro

O Anuário Financeiro dos Municípios destaca Aveiro como o concelho português com maior desequilíbrio financeiro

Ana Sofia Pinheiro

Aveiro é o município português com maior desequilíbrio financeiro apresentado em 2007. Os dados foram avançados, ontem, na apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios, que evidenciou as contas das autarquias durante o exercício de 2007.

Com base no documento, 73 municípios apresentaram, em 2007, "um valor de dívidas a fornecedores superior a 50 por cento dessas receitas totais", sendo que Aveiro lidera este "ranking" nacional, com 76,1 milhões de dívidas e 39,5 milhões de receitas cobradas no ano anterior.

Deste modo, e de acordo com a nova Lei das Finanças Locais, Aveiro é considerado um concelho em situação de desequilíbrio estrutural ou em ruptura financeira, já que a lei estipula que um município com dívidas a fornecedores superiores a metade das receitas totais do ano anterior perfila-se neste cenário.

No ranking do desequilíbrio financeiro, o município de Aveiro é seguido pelo do Fundão (Castelo Branco), que apresentou 37,4 milhões de euros de dívidas a fornecedores em 2007 e 24 milhões de receitas cobradas no ano anterior.

Aveiro é ainda, com base no mesmo documento, o município português com maior índice de dívidas a fornecedores relativamente às receitas totais do ano anterior, com 192,4 por cento.

A propósito da regularização das dívidas dos municípios aos fornecedores, a Câmara de Aveiro salienta que colocou em marcha,



AVEIRO é o município com maior desequilíbrio financeiro

em 2008, o plano de saneamento financeiro que permitiu saldar as dívidas aos fornecedores, pelo que "estes números espelham uma realidade completamente datada", explica a autarquia aveirense, através do Gabinete de Imprensa.

Dívidas em 2007

Com base nos valores apresen-

tados pela Câmara Municipal de Aveiro em 2007, o passivo exigível da autarquia cifra-se em mais de 121 milhões de euros (121.835.696 euros), valores que colocam Aveiro na quarta posição do "ranking" nacional dos municípios com maior passivo exigível, uma lista que é liderada por Lisboa e seguida por Vila Nova de Gaia e Porto.

Trinta e seis milhões de euros negativos é o valor apresentado por Aveiro no que respeita à liquidez, o que coloca o município na segunda posição deste indicador, só ultrapassado por Lisboa.

Apesar dos números negativos, Aveiro encontra-se na 25.ª posição dos municípios que apresentam maior independência financeira, cifrada nos 69 por cento.

Refira-se que o Anuário Financeiro dos Municípios, ontem apresentado, é da responsabilidade dos professores universitários João Carvalho, Maria José Fernandes, Pedro Camões e Susana Jorge e contou com o apoio da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

NÚMEROS

121

Milhões de euros é o total do passivo exigível

37,4

Milhões de euros de dívidas a fornecedores apresentados por Aveiro em 2007

- 36

Milhões de euros é o valor apresentado por Aveiro no que respeita à liquidez



Endividamento das autarquias subiu para 6.664 milhões

O endividamento das autarquias subiu para 6.664 milhões de euros em 2007 e mais de metade deste valor está concentrado em 30 municípios, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios, ontem apresentado.

Este aumento do endividamento dos municípios, que ocorreu sobretudo por via das dívidas a fornecedores e do recurso ao leasing, foi o factor mais negativo sublinhado pelo coordenador do anuário, João Carvalho.

«O que mais me surpreendeu pela negativa foi o aumento das dívidas a fornecedores, que podem acarretar dificuldades de tesouraria nos próximos tempos» sublinhou o especialista.

A propósito da regularização das dívidas dos municípios aos fornecedores, o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, sublinhou a importância do programa 'Pagamento a Tempo de Horas', no âmbito do qual foi disponibilizada uma linha de crédito de 1.250 milhões de euros.

«Sessenta e nove candidaturas foram aprovadas, num valor global de 420 milhões de euros», avançou Eduardo Cabrita, acrescentando que o prazo de apresentação de candidaturas foi prolongado e que as autarquias têm até final de Junho cerca de 800 milhões disponíveis.

«A evolução global é positiva e resulta da aplicação das regras da nova Lei das Finanças Locais, que permitiu um maior conhecimento da situação financeira dos municípios e a estabilização na programação financeira, além de um aumento das receitas próprias, sobretudo fiscais», afirmou.

Eduardo Cabrita sublinhou ainda que esta tendência «consolidou-se em 2008», frisando que na informação que Portugal deu à Comissão Europeia sobre as contas públicas os municípios mostraram uma estabilização no nível de endividamento.

«Portugal teve dois anos em que as contas públicas apresentaram um défice de 2,6 por cento. Foram os dois melhores anos de contas públicas em 30 anos de democracia e as autarquias contribuíram pela positiva para esse bom resultado», disse.

O Anuário dos Municípios Portugueses 2007, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, foi elaborado por uma equipa de investigadores da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e apresentado na sede da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Redacção/Lusa



Autarquias

Endividamento subiu para 6.664 milhões em 2007

O endividamento das autarquias subiu para 6.664 milhões de euros em 2007 e mais de metade deste valor está concentrado em 30 municípios, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios.

Este aumento do endividamento dos municípios, que ocorreu sobretudo por via das dívidas a fornecedores e do recurso ao leasing, foi o factor mais negativo sublinhado pelo coordenador do anuário, João Carvalho.

"O que mais me surpreendeu pela negativa foi o aumento das dívidas a fornecedores, que podem acarretar dificuldades de tesouraria nos próximos tempos"

sublinhou o especialista.

A propósito da regularização das dívidas dos municípios aos fornecedores, o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, sublinhou a importância do programa 'Pagamento a Tempo de Horas', no âmbito do qual foi disponibilizada uma linha de crédito de 1.250 milhões de euros.

"Sessenta e nove candidaturas foram aprovadas, num valor global de 420 milhões de euros", avançou Eduardo Cabrita, acrescentando que o prazo de apresentação de candidaturas foi prolongado e que as autarquias têm até final de Junho cerca de 800 milhões disponíveis.

"A evolução global é positiva e resulta da aplicação das regras da nova Lei das Finanças Locais, que permitiu um maior conhecimento da situação financeira dos municípios e a estabilização na programação financeira, além de um aumento das receitas próprias, sobretudo fiscais", afirmou.

Eduardo Cabrita sublinhou ainda que esta tendência "consolidou-se em 2008", frisando que na informação que Portugal deu à Comissão Europeia sobre as contas públicas os municípios mostraram uma estabilização no nível de endividamento.

"Portugal teve dois anos em que as contas públicas apresentaram um défice de 2,6 por cento.

Foram os dois melhores anos de contas públicas em 30 anos de democracia e as autarquias contribuíram pela positiva para esse bom resultado", disse.

De acordo com os dados revelados no anuário, mais de um quarto da dívida global dos municípios vai para o município de Lisboa, com um valor total de 965 milhões.

O Anuário dos Municípios Portugueses 2007, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, foi elaborado por uma equipa de investigadores da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e apresentado na sede da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.



Maioria das autarquias tem problemas de liquidez

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas apresentou esta quarta-feira o habitual Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apontando para uma dívida global das autarquias de 6.664 milhões de euros em 2007.

Este número é superior em 0,4% em relação ao ano anterior. Lisboa, Porto e Gaia

lideram a lista das autarquias que registam um maior endividamento.

Segundo o relatório, esta dívida global das autarquias aumentou por vias das dívidas aos fornecedores e do recurso ao leasing, uma vez que a dívida à banca diminuiu mais de 52 milhões de euros.

Os números apresen-

tados esta quarta-feira pressupõem que mais de metade dos municípios não têm receitas suficientes para pagar as dívidas a curto prazo. Ao todo, registam-se 195 autarquias que no final de 2007, apresentavam uma falta de liquidez de 685 milhões de euros.

O coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios Portu-

gueses, João Carvalho, considera que «a situação não é dramática, salvo meia dúzia de municípios que vivem uma conjuntura mais complexa».

João Carvalho sublinha ainda que as receitas aumentaram e as despesas também, mas que se verificou um esforço das autarquias para equilibrar as contas.



ID: 24630156

09-04-2009

ECONOMIA

AUTARQUIAS COM CONTAS PREOCUPANTES

A maioria dos municípios em Portugal luta com dificuldades para pagar as suas dívidas. No Vale do Sousa há alguns problemas de endividamento e falta de liquidez. O alerta é dado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, no seu Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Os dados estudados são referentes ao ano de 2007.

TITO COUTO // Jornalista

pazinsuportavel@gmail.com

As contas dos municípios portugueses estão longe de respirar saúde, no Vale do Sousa o cenário não é muito diferente e notam-se os primeiros sinais de preocupação.

A liderança nos maus resultados continua entregue ao concelho de Castelo de Paiva, que pelo terceiro ano consecutivo está impossibilitado de recorrer à banca por endividamento excessivo.

Tirando esse caso singular há notas preocupantes para Paços de Ferreira que ocupa o lugar número 27 nos municípios com maior índice de dívida a fornecedores relativamente às receitas totais do ano anterior. Pelo lado positivo os pacenses podem argumentar com o facto de serem um dos municípios com mais elevado grau de execução da receita cobrada relativamente à receita liquidada e de serem um dos municípios onde os gastos com pessoal menos pesam no orçamento.

Penafiel está numa das listas mais incó-



Relatório coloca a nu a contabilidade das autarquias

modas deste anuário, é 14º município com menor liquidez, ao todo são mais de 16 milhões negativos.

Um resultado que deriva do facto de a autarquia evitar recorrer à banca e aumentar

o seu endividamento. Em relação a 2006 a autarquia melhora em cerca de um milhão de euros.

Com lugar cativo nesta lista, ainda que no 35º lugar, está Castelo de Paiva, com nove

milhões negativos. Uma melhoria de dois milhões em relação a 2006.

A surpresa desta lista é Paços de Ferreira que aparece pela primeira vez e logo para o meio da tabela. Os pacenses registam mais de 11 milhões negativos.

Nos resultados económicos a melhor performance vai para Felgueiras que se apresenta entre os maiores, é o 26º com 7 milhões positivos.

Por seu turno nos mais baixos resultados económicos está Paços de Ferreira no oitavo posto com quase cinco milhões negativos.

Neste anuário podemos ainda constatar que as dívidas a pagar de todos os municípios portugueses ascendiam aos 6664 milhões de euros em 2007, mais 26,6 milhões do que no ano anterior.

O endividamento líquido global também subiu e é agora de 5866 milhões de euros. Este aumento assenta nas dívidas de curto prazo, que subiram 76,6 milhões de euros. As dívidas a médio e longo prazo caíram 49,5 milhões de euros.